

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro,  
realizada no dia 12 de setembro de 2025**

No dia 12 (doze) do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões do Centro Municipal de Proteção Civil, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo, o Vice-Presidente, Adelino da Silva Cunha e o/as Vereador/as, Ana Genoveva da Silva Araújo, Isménia Maria Gomes Loureiro (Via teams) e António Manuel da Cunha Martins. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas 10h00 (dez horas). -----

Por determinação do senhor Presidente, secretariou esta reunião o senhor Avelino José Antunes Soares, adjunto da presidência. -----

Seguidamente, o senhor Presidente colocou a ata da reunião do dia 29 (vinte e nove) de agosto de 2025 (dois mil e vinte e cinco) à consideração dos/as senhores/as vereadores/as e, não tendo sido feito qualquer reparo, foi a mesma posta a votação, sendo aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

Continuando, o senhor Presidente deu conhecimento aos/às senhores/as vereadores/as das operações orçamentais e das decisões tomadas ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal. -----

Prosseguindo, o senhor Presidente referiu-se aos pontos nº 1 (um), 2 (dois) e 3 (três) da Ordem do Dia “nos quais serão postos à apreciação e votação dos/as senhores/as vereadores/as: -----

- 1- A prorrogação do Prazo de Revisão do Plano de Pormenor da Caniçada (barragem); -----
- 2- Revisão do Plano de Pormenor da Caniçada; -----
- 3- Abertura do Período de Discussão Pública de Propostas de Revisão do Plano Diretor Municipal”. -----

Igualmente, o senhor Presidente disse que era previsto estar nesta reunião, para fazer a apresentação desses assuntos e para prestar esclarecimentos, o senhor Eng.º Jerónimo Correia, mas, atendendo à sua situação de doença, será o senhor Eng.º Isaac Santos a fazê-lo. -----

Relativamente à proposta de revisão Plano Diretor Municipal (PDM), que entrará no período de Discussão Pública, o senhor Presidente informou que vai ser publicada uma informação para que, quem o pretender, possa consultar e ser esclarecido/a sobre o mesmo, tendo proposto que o atendimento ocorra de manhã, entre as dez e as doze horas e trinta minutos, e de tarde, das catorze horas e trinta minutos até às dezasseis horas. Disse, também, que será divulgada uma comunicação, identificando quem, nos serviços técnicos, estará disponível para prestar os esclarecimentos pretendidos. -----

Estando já presente na reunião o senhor Eng.º Isaac Santos, o senhor Presidente solicitou-lhe que prestasse a informação sobre os três assuntos acima referidos. -----

Tomando a palavra, o senhor Eng.º Isaac esclareceu, sobre o ponto nº 1 (um), que “o início de procedimento de revisão do Plano de Pormenor da Caniçada foi deliberado pela Câmara Municipal em 15 (quinze) de dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três). Nessa deliberação, foi fixado o prazo de 12 (doze) meses para a respetiva revisão, prazo este contado desde a publicação do Aviso nº 3890/2024 (três mil oitocentos e noventa e dois mil e vinte e quatro), no Diário da República nº 35 (trinta e cinco), Série II, de 19 (dezanove) de fevereiro, e que, por isso, o prazo para a revisão do Plano de Pormenor da Caniçada terminou no dia 19 (dezanove) de fevereiro 2025 (dois mil e vinte e cinco). ---

No decurso dos 12 (doze) meses foram vários os fatores que revelaram que este processo apresentava maior complexidade, pelo que se concluiu que havia necessidade de ser utilizado mais tempo para executar todas as tarefas, com particular relevância para: -----

- a- Homologação da nova cartografia para Revisão do Plano de Pormenor da Caniçada. -----
- b- Dificuldades da equipa técnica nos ajustamentos da nova cartografia com a cartografia do plano em vigor. -----
- c- Reuniões de concertação com as várias entidades intervenientes no processo. ---

Assim, o período inicialmente previsto terá de ser prorrogado por um período máximo igual, ou seja, mais doze meses, sendo que estes doze meses terão eficácia retroativa a 19 (dezanove) de fevereiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), conforme permite a alínea a)

do nº 2 (dois) do artigo 156º (cento e cinquenta e seis) do Código de Procedimento Administrativo (CPA). -----

Esta alteração foi comunicada à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), que a aprovou, e feita a devida publicação e publicitação nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). -----

Esta prorrogação permite que o prazo seja dilatado até fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis)”. -----

Sobre o ponto número 2 (dois), o senhor Eng.º Isaac disse que “relativamente ao processo de revisão do Plano de Pormenor da Caniçada (PP), a elaboração da proposta de revisão está concluída e foi submetida a parecer final da Comissão Consultiva, em reunião plenária ocorrida no dia 20 (vinte) de agosto de 2025 (dois mil e vinte e cinco). -----

Essa proposta de revisão do Plano de Pormenor (PP) teve o parecer favorável das entidades que acompanham a elaboração do mesmo. -----

Assim, concluída que está a proposta final do Plano de Pormenor (PP), este será submetido a discussão pública, conforme determina a legislação em vigor (Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual). Este período terá de ser anunciado com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias e terá uma duração nunca inferior a 20 (vinte) dias úteis. -----

A deliberação a tomar terá de ser publicada em Diário da República, sob a forma de Aviso, e divulgada através da comunicação social, na plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio da Internet do Município”. -----

Relativamente ao ponto nº 3 (três) suprarreferido, o senhor Eng.º Isaac esclareceu que “a elaboração da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) foi concluída e, conforme previsto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei nº 80/2025, de 14 de maio, na sua redação atual, a mesma foi submetida a acompanhamento da Comissão Consultiva. -----

Ponderadas as posições das entidades que acompanharam o procedimento e emitido o parecer final pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), propõe-se a abertura da fase de Discussão Pública do PDM, em cumprimento do disposto nos nº 1 (um) e 2 (dois) do artigo 89º (oitenta e nove) do RJIGT. -----

A deliberação de abertura da discussão pública deverá ser publicitada através de um Aviso a publicar no Diário da República e feita a divulgação através da comunicação social, bem como na plataforma colaborativa de gestão territorial e do respetivo sítio da Internet do Município. -----

O período de discussão deverá ser anunciado com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias em relação à sua abertura e terá uma duração mínima de 30 (trinta) dias”. -----

Retomando a palavra, o senhor Presidente agradeceu ao senhor Eng.º Isaac Santos as informações prestadas, tendo, em relação ao Plano de Pormenor de Caniçada, referido que esse Plano já havia sido aprovado em 2010 (dois mil e dez), mas não com a abrangência que seria necessária. -----

Esta revisão teve de ser efetuada, pelo facto de um promotor ter adquirido um lote e, posteriormente, ter comprado os terrenos adjacentes para ganhar dimensão e poder implantar um empreendimento turístico com outra capacidade de negócio. Ora, como esses terrenos não estavam incluídos no Plano de Pormenor, a Câmara aceitou, conforme está previsto, que o privado assumisse a elaboração de um novo Plano, por conta própria e de forma abrangente, resolvendo, assim, a sua situação e outras situações que não estavam contempladas no Plano de Pormenor inicial. -----

Procedeu-se, assim, a uma revisão global do Plano existente, introduzindo alterações que proporcionaram um melhor aproveitamento das áreas e criando as condições para as infraestruturas necessárias. Por exemplo, nas garagens a Câmara criará um armazém, fazendo o reaproveitamento daquelas instalações, que estão ao abandono. -----

Em conclusão, o regulamento deste Plano de Pormenor permitirá regularizar situações que estavam fora do plano inicialmente apresentado, tendo, com isso, sido criadas as condições para que a Câmara Municipal possa vender os lotes não contemplados. -----

Referindo-se à Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), o senhor Presidente disse que, no anterior PDM de 2015 (dois mil e quinze), a área construtiva era de 621 (seiscentos e vinte e um) hectares de terreno, enquanto que com este PDM passará para 975 (novecentos e setenta e cinco) hectares. Ou seja, em termos percentuais haverá mais 57% (cinquenta e sete por cento) de área efetiva para construção. -----

Com a revisão de 2025 (dois mil e vinte e cinco) do PDM, a área de construção passou a representar 3,52% (três vírgula cinquenta e dois por cento) da área total do concelho,

verificando-se uma expansão considerável das áreas urbanas e rurais de uso misto para construção. -----

Continuando, o senhor Presidente disse que estamos quase no final da revisão do PDM, faltando: -----

- 1- Aviso no Diário da República; -----
- 2- Consulta Pública/Discussão Pública, que em vez dos 30 (trinta) dias terá um período de 60 (sessenta) dias seguidos; -----
- 3- Aprovação final. -----

Por fim, o senhor Presidente dirigiu um agradecimento aos técnicos que estiveram envolvidos na elaboração deste Plano Diretor Municipal e em todo o processo, nomeadamente aos senhores Eng.ºs Jerónimo Correia, Isaac Santos e Nuno Dias, tendo pedido um esforço acrescido para que os/as munícipes sejam apoiados/as na consulta e na apresentação de eventuais requerimentos para alterar situações que lhes digam respeito. -----

Ainda no período de antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente informou os/as senhores/as vereadores/as das atividades, iniciativas e outras situações ocorridas e a decorrer no Município, tendo comunicado: -----

- Antes das eleições autárquicas, que terão lugar no próximo dia 12 (doze) de outubro, ainda teremos uma reunião do Executivo, no dia 26 (vinte e seis) de setembro. -----

- A fibra ótica atingirá, este ano, uma cobertura de 100% (cem por cento) no nosso Concelho de Terras de Bouro, conforme reunião ocorrida com a DStelecom, sendo ampliada a resposta existente em Moimenta para mais 19 (dezanove) alojamentos; na freguesia de Valdosedo para 38 (trinta e oito) alojamentos; em Rio Caldo para 57 (cinquenta e sete) alojamentos e na União de Freguesias de Chorense e Monte será colocada em 64 (sessenta e quatro) alojamentos. É de referir que em Santa Isabel do Monte não havia qualquer cobertura em termos de fibra ótica. -----

- Tendo-nos sido enviadas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) as recomendações gerais para efeitos da elaboração das propostas de revisão tarifária para o ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), em próxima reunião do Executivo será apresentado um mapa com a nossa proposta. -----

- Recebemos, da parte dos membros da Assembleia Municipal pertencentes à bancada do Partido Socialista, um pedido de esclarecimento sobre diversos aspetos da atuação do Executivo. Está a ser elaborada a resposta, a enviar. -----

- Tendo em vista a organização do espaço conhecido pelo Campo do Bilinho, na Vila do Gerês, e para que se possa dar-lhe o aproveitamento necessário, vai iniciar-se o processo tendente à contratação para elaborar o Plano de Pormenor que será a aprovado em Assembleia Municipal -----

- Estão abertas, até ao próximo dia 30 (trinta) de setembro, candidaturas, através dos Fundos Comunitários para intervenção e melhoria do Ciclo Urbano da Água, pelo que, a Câmara irá submeter candidaturas. -----

- Ocorreu, no passado dia 29 (vinte e nove) de agosto, a visita da senhora Ministra do Ambiente e Energia, Dr.<sup>a</sup> Maria Graça de Carvalho, ao nosso Concelho. Esta visita teve início na estrada florestal de acesso à Serra Amarela, com uma paragem na Louriça e outra na Albufeira de Vilarinho das Furnas. -----

A principal razão desta visita teve a ver com constatação dos prejuízos causados a particulares pelos incêndios recentes e à necessidade de verificar os apoios que são necessários para mitigar esses prejuízos e as dificuldades dos/as agricultores/as. -----

O senhor Vice-Presidente, Adelino Cunha, está a acompanhar todos os casos que foram e estão a ser apresentados. -----

Seguidamente, a senhora Ministra deslocou-se ao Centro Náutico de Rio Caldo e, com a presença do senhor Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), José Pimenta Machado, foi entregue uma embarcação híbrida a esta Câmara Municipal com (um motor elétrico e outro a gasolina), que se destina ao reforço da fiscalização da Albufeira da Caniçada, conforme protocolo oportunamente assinado entre a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e os Municípios de Vieira do Minho e de Terras de Bouro. -----

Nessa mesma altura, procedeu-se à assinatura do contrato de delegação de competências da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) ao Município de Terras de Bouro, para licenciamento e fiscalização de utilizações privativas dos recursos hídricos na Albufeira da Caniçada. -----

- Ocorreu, no passado dia 30 (trinta) de agosto, a sessão de apresentação da obra “A Região do Gerês e a Estrada da Jeira”, da autoria do terrabourense Professor Fernando Cosme. -----

Este livro constitui um importante contributo para o conhecimento e valorização do património cultural e natural do nosso Concelho ao explorar áreas como a dialetologia, a história, a arqueologia, a etnologia e a fauna na toponímia local. -----

- A exposição “Gerês: A Terra Fala”, do fotógrafo Luís Borges, que esteve patente no Mercado Municipal de Braga de 4 (quatro) de julho a 17 (dezassete) de agosto, foi, para além de uma iniciativa de carácter artístico, uma promoção do nosso território concelhio, ao dar particular enfoque à toponímica e à cultura da região do Gerês, através de fotografias que exploram os nomes e a história dos lugares. -----

- Recebemos um convite da Igreja Evangélica Metodista, de Valdosende, para estarmos presentes na Festa das Colheitas, festas estas que terão lugar nos dias 20 (vinte) e 21 (vinte e um) deste mês de setembro. -----

- Hoje está a decorrer o acolhimento dos/as alunos/as no Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro. “Desejo que o novo ano escolar decorra com toda a normalidade, que os/as alunos/as tenham o maior sucesso e que a Direção da Escola e os/as senhores/as professores/as, funcionários/as e toda a comunidade escolar encontrem o melhor ambiente para desenvolverem as suas funções e atividades. -----

Depois destas informações, o senhor Presidente perguntou aos/às senhores/as vereadores/as se queriam usar da palavra. -----

A senhora Vereadora Ana Araújo pediu a palavra, tendo prestado as seguintes informações: -----

“O ano letivo no Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro inicia hoje, dia 12 (doze) de setembro, com apresentações e a componente letiva a partir de 15 (quinze) de setembro. -----

Vão iniciar o ano letivo 2025/2026 (dois mil e vinte e cinco/dois mil e vinte e seis) 584 (quinhentos e oitenta e quatro) alunos/as, menos 7 (sete) que no ano letivo anterior. -----

Temos 111 (cento e onze) alunos/as no Ensino Pré-Escolar; 173 (cento e setenta e três) alunos/as no 1º Ciclo do Ensino Básico; 84 (oitenta e quatro) alunos/as no 2º Ciclo; 140 (cento e quarenta) alunos/as no 3º Ciclo; 65 (sessenta e cinco) alunos/as no Ensino

Secundário (ensino regular) e 11 (onze) alunos/as no Ensino Profissional – curso de Informática de Gestão. -----

A Escola Básica e Secundária de Terras de Bouro tem 326 (trezentos e vinte e seis) alunos/as; a Escola Básica de Rio Caldo tem 135 (cento e trinta e cinco) alunos/as; a Escola Básica do Gerês tem 43 (quarenta e três) alunos/as; o Jardim de Infância de Moimenta, que desde o ano letivo anterior, funciona no Centro Escolar de Terras de Bouro, tem 68 (sessenta e oito) alunos/as e o Jardim de Infância de Choreense tem 12 (doze) alunos/as. -----

No que concerne ao parque escolar, mantém-se em funcionamento todos os estabelecimentos de ensino que funcionaram no ano letivo anterior. -----

Relativamente aos transportes, refeições e apoios da autarquia, a Autoridade Intermunicipal de Transportes do Cávado (AITC), através de concurso público internacional, atribuiu a Concessão de Serviço Público de Transporte de Passageiros no território da CIM Cávado ao operador de transportes TRANSDEV até ao ano de 2027 (dois mil e vinte e sete). -----

Face ao que antecede, neste novo ano letivo, à semelhança do que aconteceu no ano letivo anterior, o Município não irá realizar os transportes escolares, salvo apoio em casos pontuais devidamente justificados. -----

Os/As alunos/as com necessidades educativas especiais, no caso de não poderem ser utilizados os transportes regulares ou os transportes escolares, independentemente do escalão em que se integrem, têm direito a transporte gratuito. O Município, tal como em anos letivos anteriores, assumirá os custos da realização do transporte. -----

De modo a reduzir os custos da educação para as famílias, a Câmara Municipal irá participar, na íntegra, os livros de fichas complementares aos manuais escolares adotados pelo AETB, a todos/as os/as alunos/as que frequentem o 1º Ciclo do ensino básico no concelho de Terras de Bouro, independentemente do seu escalonamento em termos de ação social escolar. -----

O Município irá também oferecer o manual e respetivo livro de fichas de Inglês ao 1º e 2º anos de escolaridade (oferta complementar) a todos/as os/as alunos/as, independentemente do seu escalonamento em termos de ação social escolar. -----

Quanto às refeições, iremos manter todos os apoios, assim como a administração direta do refeitório da Escola Básica de Rio Caldo, continuando a garantir a qualidade das refeições servidas. Medida tomada aquando da transferência de competências na Educação, que mantemos. -----

Continuaremos a oferecer todo o material escolar solicitado pelo Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro (AETB). -----

Continuaremos a ceder, gratuitamente, os transportes para as atividades/visitas de estudo.

Continuaremos a ceder o uso dos equipamentos municipais, nomeadamente os auditórios e piscinas, à comunidade escolar. -----

Continuaremos a ser o principal parceiro do AETB no desenvolvimento das várias atividades ao longo do ano letivo. -----

Continuaremos a desenvolver as atividades de animação e apoio à família, a componente do apoio à família e ao estudo, durante o ano letivo, e as atividades de ocupação de tempos livres nas pausas letivas, de modo a darmos uma resposta para os pais e encarregados/as de educação que necessitem. -----

Nas Atividades de Animação e de Apoio à Família, continuaremos a ter Educação Física para todos/as os/as alunos/as do ensino pré-escolar que frequentam este complemento de horário. -----

A Autarquia investe muito na Educação, desde logo com o normal funcionamento de todos os estabelecimentos de ensino que integram o AETB, com recursos humanos, atividades, projetos educativos, transportes, materiais, reparações, pequenas obras e tudo o que nos seja solicitado. -----

À nova Diretora do AETB e aos membros da Direção desejo um excelente ano letivo, extensível a toda comunidade escolar, reforçando e reiterando que o Município Terras de Bouro, como parceiro de excelência, estará sempre disponível para apoiar o AETB em tudo o que estiver ao seu alcance. -----

Todos nós: autarcas, pais e encarregados/as de educação, alunos/as, professores/as, auxiliares e demais técnicos/as da comunidade educativa, devemos prosseguir focados/as no cumprimento dos nossos objetivos: apoiar, incentivar, educar e formar. Só desta forma se constroem sociedades equilibradas, justas e conscientes. -----

A Educação é um pilar estruturante de qualquer sociedade. Todo o tempo e recursos investidos nesta área são uma garantia de um futuro melhor. -----

Que seja um ano letivo muito produtivo, mas, acima de tudo, muito feliz para todos/as!”

Seguidamente, pediu também a palavra o senhor Vereador António Cunha, tendo informado que “relativamente à taxa turística, foram efetuados os seguintes movimentos:

- No mês de junho 2.050,00 € (dois mil e cinquenta euros), em julho 16.738,00 € (dezasseis mil setecentos e trinta e oito euros) e no mês de agosto 17.123,00 € (dezassete mil cento e vinte e três euros)”. -----

O senhor Vice-Presidente Adelino Cunha também pediu a palavra, tendo prestado informações sobre as iniciativas que foram e estão a ser tomadas para mitigar os efeitos dos incêndios junto dos/as munícipes que foram afetados/as. Assim disse: -----

“No dia 1 (um) de setembro realizou-se uma reunião/sessão de esclarecimento com os/as agricultores/as que se consideraram afetados/as pelos efeitos dos incêndios que ocorreram recentemente, tendo-lhes sido informado sobre o tipo de apoios de que poderão beneficiar. Em relação ao pasto para o gado, pasto que foi queimado, será analisado caso acaso, tendo sido transmitido que as áreas de baldio não são incluídas”. -----

O senhor Presidente retomou a palavra, tendo agradecido aos/à senhores/a vereadores/a as informações prestadas. -----

Prosseguindo, o senhor Presidente disse que as Atividades de Apoio à Família (AAF) no Agrupamento de Escolas irão iniciar no dia 22 (vinte e dois) de setembro em Rio Caldo, sendo, para esse fim, reorganizados os recursos humanos necessários. -----

Relativamente às obras que estão a decorrer na rua da Escola, em Rio Caldo, o senhor Presidente disse que estão a ser concluídas e que será colocada iluminação pública junto à entrada da escola, bem como uma campanha que permita o chamamento direto para a sala de atividades de apoio à família. -----

Informou, também, que a Câmara Municipal recebeu uma comunicação dando conta que a senhora Diretora Pedagógica da Escola Profissional Amar Terra Verde (EPATV), Dr.<sup>a</sup> Sandra Araújo, foi substituída pela senhora Dr.<sup>a</sup> Rosa Vieira, tendo expressado votos de bom desempenho à nova diretora e agradecido todo o trabalho realizado ao longo dos anos, bem como a disponibilidade, apoio, empenho e dedicação que a senhora Dr.<sup>a</sup> Sandra

Araújo sempre manifestou, seja no exercício das suas funções, seja para com a nossa Câmara Municipal. -----

Ainda em relação à Escola Profissional Amar Terra Verde, o senhor Presidente comunicou que está agendada, para o dia 19 (dezanove) deste mês, a assinatura, na Câmara Municipal de Vila Verde, da Declaração de Reconhecimento de Compromisso, pela qual é assumido que o património imobiliário “vem a ser reconhecido pelos três Municípios signatários, sem quaisquer reservas, como sendo propriedade dos mesmos nas mencionadas proporções, ou seja, Município de Vila Verde (50%), Município de Amares (30%) e Município de Terras de Bouro (20%)”. -----

Em relação ao protocolo, que está em fase de conclusão, com a Empresa das Águas do Gerês e cujo documento foi entregue aos/às senhores/as vereadores/as para análise e informação, o senhor Presidente afirmou que está convicto que tudo possa chegar a bom porto, a favor da Vila do Gerês e do concelho de Terras de Bouro. -----

Sendo 12h55 (doze horas e cinquenta e cinco minutos) e não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----